



Jogos Olímpicos
Atletas portugueses falam
sobre os dias de glória

Banda desenhada
O menino que se torna
patrão de um império

A ampola
miraculosa

João Lobo
Antunes

O povo português
tem bom coração

A ampola miraculosa

João Lobo Antunes

O Governo precisa de ter um projecto; não ficar completamente manietado pelas prescrições de uma Troika

Portugal é uma espécie de corpo em apuros? João Lobo Antunes é um optimista, apesar das doenças sistémicas que reconhece no paciente a que regressou depois de anos decisivos em Nova Iorque. Um corpo regenera-se e um país com 800 anos de História não morre.

Às vezes, Portugal parece uma frase de Dinis Machado em “O que diz Molero”: “Coração, bússola doida”. Portugal, bússola doida? Este é o país onde nem tudo vale o mesmo, mesmo que muitas vezes pareça (e nesta parte da entrevista fala-se também de Relvas, sem falar de Relvas). O país que não se preocupa com a retribuição mas que é genuinamente solidário, sem a isso ser obrigado por uma ética puritana. Um país onde a confiança é a palavra chave. Porque falha e porque se impõe. E das reformas eternamente adiadas – talvez por medo. “Intriga-me a mente dos políticos. De que é que têm medo?” João Lobo Antunes é neurocirurgião, nasceu em 1944. Foi mandatário das duas candidaturas de Cavaco Silva à presidência. Reconhece nele uma proximidade com o povo português que nunca viu. É membro do Conselho de Estado. É um homem culto que tanto cita Camões como diz que Madoff foi logo posto no xadrez. Numa linha, diz que o povo português tem bom coração.

Porque é que voltou para Portugal?

Voltei por razões familiares e privadas. Se calhar, foram uma desculpa ou álibi para regressar a um país a que estava muito ligado. Voltei para Portugal plenamente feliz com o que tinha nos EUA, mas nostálgico, com o sentimento de que podia fazer aqui qualquer coisa. Trazia comigo uma bagagem que não era puramente técnica; e uma maneira diferente de interpretar a democracia.

Explique-me melhor isso. Quando partiu vivia-se em ditadura.

Era uma nova maneira de interpretar a democracia num país cuja nova configuração democrática eu desconhecia completamente. Parti em 1971 e regressei em 84. Em certa medida, mantenho uma enorme curiosidade sobre aquilo que se passou num período que me faz lembrar a amnésia retrógrada de quem teve um traumatismo craniano. Há na minha memória um enorme buraco que corresponde a quase 13 anos em que estive fora.

E em que tudo, ou muito, do que somos hoje se estava a definir.

Acho que não. Acho que não modificámos tão radicalmente assim. Os portugueses que somos hoje estão no que Herculano escreveu, estão no “Portugal Contemporâneo” do Oliveira Martins, estão no Eça. Somos os mesmos. O que vim encontrar foi pessoas que eram da minha geração, universitários que conhecia bem, e que de repente eram homens importantes. Uns em relação a alguns era fácil a profecia. Outros foram revelações.

Em que é que se traduz essa nova maneira de olhar para a democracia que aprendeu nos EUA?

O modelo democrático português ainda está longe do modelo democrático americano. Particularmente [no que se refere] ao compromisso dos cidadãos. O que via lá, a todos os níveis, era um envolvimento. Desde o “school board” da terra onde se vivia às participações nas assembleias municipais. Independentemente das filiações políticas.

Por outro lado, uma coisa que gostaria de ver em Portugal e que ainda não vejo na plenitude: o entendimento de que as instituições são um depositum de princípios, de valores, que têm de ser transmitidos intactos ou, tanto quanto possível, aperfeiçoados às gerações seguintes; e que estão claramente acima das pessoas. Uma das coisas que sempre me intrigaram é como é que pessoas proeminentes na vida política não entendem isso, e não reconhecem que a sua permanência em cargos ou posições de destaque acaba por ser prejudicial às instituições. Apesar, muitas vezes, da injustiça do juízo que se faz do seu desempenho.

Este sentido era muito evidente em Columbia [University], onde eu estava. Era uma das grandes universidades americanas, da chamada Ivy League. Havia sempre o sentido da História. Da História que se estava a fazer constantemente. E era um país que tinha pouco mais do que 200 anos. É por isso que esta politização da “supreme court”, a polarização por razões políticas, choca tantos intelectuais americanos.

Quais são as raízes da falta de comprometimento dos cidadãos portugueses com o seu país?

É uma das heranças da ditadura. As pessoas desinteressaram-se porque a sua voz não era ouvida. A voz, a pouco e pouco, foi-se sumindo. Mas é verdade também que em democracia a voz do cidadão comum (o que só se representa a si próprio) e a própria consulta aos “sábios” (aqueles que têm mais experiência) é muitas vezes um exercício de mera cortesia. Ou o cumprimento de uma obrigação constitucional ou jurídica. Não representa um genuíno desejo de aprender com as pessoas que trazem à cena pública experiências diversas.

Não está a pensar no Conselho de Estado, que integra, ao dizer isso...

De maneira nenhuma.

Não é um exercício de cortesia.

Não. A convocatória do Conselho de Estado nasce de situações particulares, do dese-

ANABELA
MOTA RIBEIRO

MIGUEL
BALTAZAR
Fotografia



jo do Presidente de ouvir pessoas que desempenham ou desempenharam cargos importantes na vida do país.

Os 48 anos de ditadura são decisivos para compreender o afastamento do cidadão da res pública. Mas entretanto temos quase 40 anos de democracia, e os filamentos da relação não se refizeram.

Sim. Se me perguntar, ou se lhe perguntar asi, quais são os deputados eleitos pelo círculo de Lisboa, [não os conheço]. Nos Estados Unidos eu recebia com frequência, de movimentos de cidadãos, com os interesses mais diversos, [informação]. “Escreva ao seu senador, escreva ao seu congressista”. Havia uma outra proximidade, que resulta de dois factores. Do interesse do político em ser reeleito, e do entendimento ético do que era a sua função. O afastamento que temos da classe política e a forma como [os políticos] são nomeados não representam um avanço substantivo [em relação à ditadura]. Sob esse aspecto estamos quase exactamente como estávamos antes da democracia.

Círculos nominais mudariam a situação?

Era uma alternativa, é evidente. Ou um re-

gime misto. Mas alguém tem de ser “accountable” em relação à defesa dos interesses.

É essa fiabilidade e responsabilização de quem representa cargos públicos que falha muito em Portugal?

Falha. Falha muito. Aquilo em que se aproxima mais [dessa “accountability”] é no poder autárquico. O que move o poder autárquico, com todos os seus defeitos, com todos os riscos que se correm, é a ambição de deixar uma obra. Isso é bom ou mau consoante essa obra se concretiza, e consoante essa ambição serve apenas para a glória de uma personagem ou serve os interesses de uma população. Outra coisa notável foi o desenvolvimentos de instituições de solidariedade social. Trouxe à democracia portuguesa uma enorme vitalidade. Essa foi, para mim, a melhor conquista da democracia.

Não deixa de ser paradoxal que o português seja um povo desligado do exercício da cidadania e ao mesmo tempo tão solidário – como mostram campanhas do Banco Alimentar. Nessas acções, não é o interesse político que está em causa mas o interesse do outro indivíduo.

Estou numa posição privilegiada como

médico que vê muita, muita gente, de todos os estratos sociais, económicos, culturais. Um dos consolos que a profissão traz é a possibilidade de conhecer histórias de bons sentimentos. Se me perguntassem como é que caracterizaria o povo português, continuo a achar que tem bom coração (usando uma expressão tão antiga e ao mesmo tempo tão preñhe de significado). É isso, em parte, que acções como a do Banco Alimentar traduzem: uma solidariedade muito próxima.

Que é diferente da solidariedade americana.

Sim. Que é, muitas vezes, uma solidariedade cortês ou uma solidariedade imposta por uma ética puritana. O que também tem coisas muito positivas. Não vejo os ricos portugueses terem a generosidade dos ricos americanos. Ver um homem muito rico deixar o seu dinheiro a uma boa causa é relativamente infrequente.

Alguma vez um homem rico deixou um terço da sua fortuna ao seu serviço?

Esse exemplo não é abundante em Portugal. Para o meu serviço, francamente, assim generosas, tive muito poucas. Tenho pedido, às vezes. Não gosto que me digam que não.

Não gosto porque acho que o pedido tem algum fundamento e certamente não é para mim. Sou muito selectivo às pessoas a quem peço. A Fundação EDP tem uma actividade interessantíssima. A Fundação Francisco Manuel dos Santos, também. Sem falar de outras, de grande dimensão.

Podem dizer que não há incentivos fiscais. O que em Portugal não se construiu foi a ideia do prestígio social que a filantropia traz.

Outro sintoma do corte entre as instituições e os cidadãos...

Há tantas causas boas... Quando era interno no Presbyterian, o hospital onde trabalhava, o director chamava-me e dizia: “Vai admitir a senhora de tal porque ela tem dado milhões ao hospital. Tem dado anonimamente”. Pessoalmente, já fiz donativos à instituição onde me treinei como expressão de pura gratidão. Às vezes de forma criativa. Por exemplo, na Columbia tenho uma cadeira num anfiteatro com o meu nome gravado. Comprei aquela cadeira.

Muito disso é simbólico e traduz uma relação com a memória. E gratidão, como disse.

Reconhecimento. É o “payback”. É retribuir.

continua

Entrevista

João Lobo Antunes

É tudo de barro, não são só os pés. Estes ídolos são extremamente vulneráveis. Não é preciso um qualquer taliban para os destruir. Desfazem-se, têm pouca consistência.

continuação

Somos ingratos? Esse povo que o Eça descreveu tem esse traço?

Tem. E tem outro que o António Sérgio sublinhou: a inveja. Fiquei tranquilo com a inveja há uns anos quando descobri que a inveja é um sentimento que se auto-castiga. O invejoso deve sofrer horrores, não vive em paz. Nunca mais me preocupei com os invejosos. Os neurocientistas perceberam que o centro do cérebro que está envolvido nesse processo de satisfação pelo desastre que acontece aos outros é o mesmo centro em que está sediado o prazer pelo chocolate, pelo sexo... Mais uma vez, a culpa é do nosso cérebro.

Vamos voltar ao jovem que foi aos 20 e poucos anos para os EUA. Como é que percebeu que era português, que o português estava inscrito em si?

Era português, mas naquele cenário era mais do que isso: era europeu. Significava basicamente que tinha uma perspectiva cultural que era mais profunda. Até na etiqueta havia um encanto especial em ser europeu que, no meio sofisticado onde eu estava, continuava a ter algum valor.

Uma patine.

Um estilo. O estilo do jovem médico americano é ditado pelo seu “background” familiar e cultural mas também pela transformação que ocorre durante o “college”. Começam uma vida independente. Preparam-se para aquilo a que Sir Cecil Rhodes chama “a luta do mundo”. Em Portugal a geração canguro

permanece mais tempo na bolsa marsupial da família.

Repare no contraste: (no meio desta turbulência não quero falar de acontecimentos recentes) os juízes do “supreme court” norte-americano vieram de Harvard. Os presidentes passaram por Harvard ou Yale ou Columbia. Os franceses vêm da école normale. Os ingleses vêm de Eaton. Nesses países valoriza-se muito a formação e o mérito. Em Portugal é espantoso que o “background” académico tenha caído em tanto descrédito, e [se tenha instalado] a convicção de que o mérito que decorre do trabalho, com esforço e sacrifício vale pouco.

O que é que vale, então?

Há um poema da Szymborska, a grande poetisa polaca, que cito num dos meus livros, chama-se Curriculum Vitae: “... o preço, sim, o valor, não/ o título, não o que ele significa/ o tamanho do sapato, não por onde ele leva aquele que fazes passar por ti próprio (...) quem te conhece é mais importante do que quem tu conheces/ honrarias, sim, mas não como foram ganhas...”. Os poetas dizem melhor do que qualquer outro.

No poema, Szymborska fala do que vale na sociedade. Em Portugal o que é que vale como moeda de afirmação? Não é o saber, não é o mérito.

É a persona pública. Assim como se ergue, rapidamente cai. É tudo de barro, não são só os pés. Estes ídolos são extremamen-

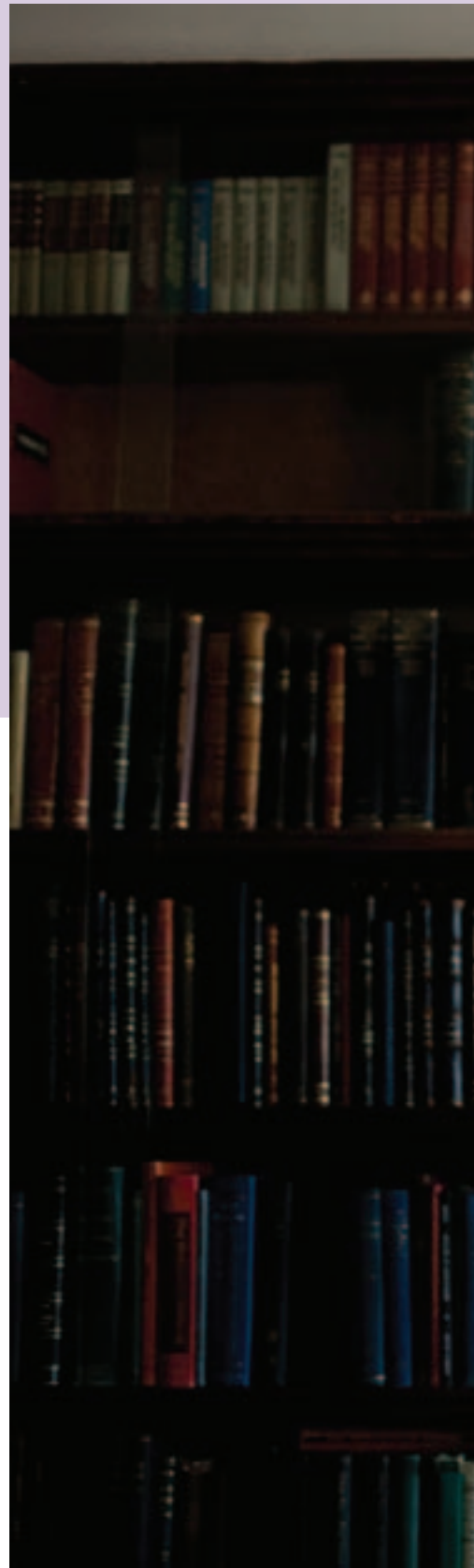
te vulneráveis. Não é preciso um qualquer taliban para os destruir. Desfazem-se, têm pouca consistência.

Este é também o país onde um homem de raízes relativamente humildes como o Prof. Cavaço chega à Presidência da República. Esse percurso é também possível.

Há uma história na biografia dele. A certa altura perdeu um ano. O pai castigou-o. Pô-lo a trabalhar. A sua formatura e percurso académico fazem-se à custa de muito trabalho. Isso deu-lhe sempre um entendimento e uma proximidade do povo, que algum infortúnio recente não conseguem [apagar]. Não apagaram certamente nele a proximidade com o povo português. Uma das coisas impressionantes para quem o acompanhou em campanha, como eu acompanhei duas vezes: nunca vi nenhum político em relação ao qual o povo estivesse tão próximo. Uma coisa quase hagiológica. Este é um de nós que chegou onde chegou. Ao mesmo tempo, ele é um de nós mas é diferente.

Mas não argumento que seja preciso ter um curso superior para ter sucesso na vida. Conheci ignorantes espantosos, em que a falta de instrução foi uma vicissitude. A curiosidade com que olhavam para o mundo e colhiam do quotidiano as lições mais diversas, independentemente das observações científicas, era admirável. A verdadeira dimensão da cultura: poder falar com quem quer que seja.

Falou do descrédito das instituições. E há o caso



recente do Ministro Relvas. Sei que não quer falar de casos concretos ou de epifenómenos...

Temos duas culturas. A da avaliação da ciência (com falhas, é evidente, nenhum sistema é perfeito) em que as regras existem e ficaram e, na minha opinião, são irreversíveis; e outro sistema mais laxo. Na ciência introduziram-se, graças em grande parte ao pensamento do Prof. Mariano Gago, critérios de rigor, a avaliação por pares, a codificação das regras. A laxidão no sistema parece ter uma relação proporcional à importância relativa do candidato. Não é moralizador. Não é exemplar (no sentido de servir de exemplo), mesmo quando se mantém no estrito confim da legalidade.

Outra das tendências portuguesas – outro absurdo – é a judicialização de tudo. Já no “L’Esprit des Lois” [Montesquieu] se dizia: quando o povo tem bons costumes, as leis são simples. “Quand un peuple a de bonnes moeurs, les lois deviennent simples”. Aqui, na dúvida, vai-se legislar mais



e mais e mais, para, na prática, não ter consequência nenhuma.

O português gosta de fintar tanto quanto possível a legalidade. Isso é prova de chico-espertismo.

Nos EUA, em relação aos impostos: os técnicos de contas eram obrigados a fazer exame todos os anos – recertificação. Para estarem a par das alterações à lei. O que se pretendia é que encontrassem nas leis mecanismos para as pessoas pagarem o menos possível. É compreensível.

Em Portugal o sistema é muito garantista. Falo da admissibilidade de certas provas. Para a sensibilidade do homem comum, aparece como uma flagrante injustiça. O entendimento que têm da forma como a justiça é exercida escapa-lhes. A pedagogia jurídica muitas vezes não chega. Diz-se: “Foram umas escutas de uma legalidade duvidosa. Apurou-se a verdade, mas não pode ser usado como prova em tribunal”. [Não se] explica às pessoas que esta legalidade, no final, os pode beneficiar também. Amainou. Mas viveu-se um

tempo de uma enorme intranquilidade, em relação às secretas, espões, etc.

Intranquilidade em relação à justiça.

A sociedade moderna depende cada vez mais da confiança. Eu compro um automóvel e tenho que estar confiante que, no produto que me estão a vender, os travões não vão falhar. Eu compro um genérico e tenho que confiar que o produto que está lá é exactamente o medicamento de que preciso. Ou que vou ao restaurante e que as pessoas lavam as mãos. É um sistema que implica um imbricamento tão complexo, de parceiros, de funções, que toda a vida moderna se baseia na confiança.

Nos EUA há o sistema de júri e a justiça é célere.

Veja-se o Madoff. Foi logo posto no xadrez. Várias vezes testemunhei como perito em julgamentos. É uma sensação muito particular. O júri é imperscrutável. “Explique aos jurados...”. Dirigimo-nos a eles. E temos a sensação desagradável de também estar a ser jul-

gados. O que estamos a dizer vai ser apreciado como prova. É um sistema que tem as suas vantagens e inconvenientes.

Uma reforma radical do sistema de justiça Portugal era uma coisa na qual apostaria?

Não conheço essa matéria. Não sei. Sei que há pessoas de boa vontade. Mas deixo uma observação de fora: só há basicamente três corporações fortes. As da medicina, as da lei e as da educação. A tradição corporativa tem séculos, e qualquer corporação tem um contrato com a sociedade. O contrato implica a prestação de um serviço ou valor e a autonomia de se regularem. É um equilíbrio extremamente delicado no qual os responsáveis políticos querem cada vez mais se intrometer. Vão retirando às corporações privilégios que tinham no passado, em parte, também, porque percebem que as corporações dedicam grande parte da sua actividade a garantir privilégios, e não a servir a sociedade.

Há uma corporação que não é uma corporação e

que é hoje quem mais pode. O dinheiro.

O dinheiro é um instrumento de poder. É uma coisa imemorial. Está na natureza humana. Bicho da terra, como diria o Camões, tem estas coisas.

Voltemos ao bicho português, ao que é mais particular na natureza portuguesa. Como é que nos descreveria?

Começaria por ter uma enorme dificuldade. Primeira: será que descrevendo-me a mim estou a descrever o português típico? É um exercício de uma enorme soberba que não faço. E será que, se julgasse os portugueses, estava a julgá-los tendo em conta aptidões ou qualidades que eu acho que tenho e que outros não têm? Estaria a ser profundamente injusto.

Sabe, acho que o povo português sou eu e mais dez ou doze milhões. Somos nós. Vou periodicamente a um hospital público, que não é o meu onde trabalho. Vou como doente. Marco a consulta, estou lá à espera, pago a taxa moderadora.

Entrevista

João Lobo Antunes

Se pensarmos que a justiça é o coração, que a saúde é o fígado e que a educação é o cérebro, [Portugal] é um corpo que vai claudicando. Mas a Biologia é uma ciência optimista. Renova-se. Regenera-se.

continuação

Faz isso? É uma enorme surpresa. Achamos que os médicos se vêem todos uns aos outros nos consultórios e que não fazem fila de espera.

Faço. E sinto-me muito bem. Consola-me estar ali. Estar ali porque sou igual a todos. Os que estão ali sofrem como eu. Esta é a minha gente. Eu sou eles. Não me preocupo demasiado em julgar, e faço tudo o que posso para os servir. Como médico, neste hospital do Estado. Ontem fiz uma intervenção [cirúrgica] muito complexa e arriscada. Doente anónimo. Às vezes os doentes sabem vagamente que o professor vai operar, outros nem me conhecem. A minha anonimização neste contexto aproxima-me muito deles. Estou a cuidar deles e eles não sabem que sou eu. Sinto-me bem nesta função.

Esse sentimento mudou depois de regressar dos EUA? Sentiu-se mais próximo.

Não mudou.

Esse gosto na anonimização acontece depois de um percurso de pertença a uma elite.

Sim. Mas pegando num livrinho de um homem que já morreu, [William] Henry, "In defense of Elitism": a tese principal é a da defesa da igualdade de todos à partida. Não é a igualdade de todos à chegada. É uma tendenciazinha portuguesa – vale tudo o mesmo. Não vale. O que temos de garantir é que, à partida, têm todos as mesmas oportunidades. Esse é que é o grande desafio da democracia e da cultura ocidental. Temos de descobrir em que é que esta obrigação, este mandato, falha. Aplica-se a tudo: à jus-

tiça, à educação, à saúde.

Portugal é uma espécie de corpo em apuros?

Em apuros? Tem várias doenças sistémicas. Se pensarmos que a justiça é o coração, que a saúde é o fígado e que a educação é o cérebro, é um corpo que vai claudicando. Mas a Biologia é uma ciência optimista. Renova-se. Regenera-se. Reconstitui-se. Tenho um pensamento optimista na vida em geral, nas coisas em que me meto. Luto por elas. E se tenho derrotas, tento transformá-las em vitórias; ou seja, ver o que há de positivo no que aconteceu. Aliás, este é o único mecanismo que nos permite sobreviver ao erro. Pensar que vai haver outra oportunidade.

Quando se olha para os textos de António Sérgio ou Eça, parece que nunca se fez o transplante do fígado, nunca se pôs uma válvula no coração, nunca se oxigenou melhor o cérebro.

Tenho respeito (não tenho uma excessiva simpatia) pelas pessoas que só diagnosticam. Grande parte do que vemos no comentário político são palpites, diagnosticadores, pessoas que (como gosto de dizer) nunca molharam os pés. Nunca geriram uma grande empresa, nunca correram riscos.

Quem é que foi além do diagnóstico e operou?

Muita gente, felizmente ainda há muita gente. Os outros, às vezes, são construções intelectuais muito interessantes. O Herculano dizia numa carta famosa que o que o distinguia dos outros era a vontade.

Fala-se pouco disso. Há um grande fascínio pela inteligência, que encandeia as pessoas e não permite ver, para lá da inteligência, o carácter.

Há muitos anos, quando estava a aprender, conheci homens de uma inteligência esplendorosa; comecei a desconfiar dela quando vi que servia para encadear logicamente certas premissas que levavam a uma conclusão que eu sabia que não era verdadeira. A conclusão oposta era inconveniente ou não servia um propósito. O meu fascínio pela inteligência continua presente, mas é muito temperado. Há componentes muito mais importantes na avaliação de uma pessoa.

O fazer é, então, o verbo principal?

A vontade. E a vontade nem sempre se traduz no fazer. Às vezes é a vontade de fazer, o rumo, o ver mais longe. Agora estamos envolvidos num projecto que considero vital para a universidade portuguesa: a fusão das duas universidades. Gostaria que o Governo visse as virtualidades deste projecto, e nem sempre estou convencido que o veja.

Tudo parece extraordinariamente difícil, apesar de ser um país pequeno, de dez milhões de pessoas.

Pesado, lento. E sou muito pragmático. As pessoas não querem correr riscos.

O que é que temem perder, na sua opinião?

Vou fazer uma conferência que tem por título "Estranhas sinapses". Liga coisas tão

diversas como a incerteza, o erro, o risco e a esperança. Isto é muito pertinente em relação à medicina. O Sir Isaiah Berlin defendeu uma ideia importante: a de que na vida pública é preciso correr riscos, até morais. Assumindo riscos morais. De outra forma, se [o sujeito] se mantém contido, politicamente correcto, com a necessidade de agradar a todos, [dominado] pelo imediato, não há uma visão. Nesse aspecto, acho que este Governo precisa de construir.

Construir?

Construir. Ter uma ideia, ter um projecto em que as pessoas se revejam. Não ficar completamente manietado pelas prescrições de uma troika. É uma crítica clara. Intriga-me a mente dos políticos. De que é que têm medo? Embora, por razões de circunstância, já se percebeu que não têm medo da impopularidade, tomando medidas pesadas, difíceis, corajosas. Mas será que chega?



De que é que têm medo?

Tem que lhes perguntar. Sei que a decisão política é muitas vezes opaca. Há muitas variáveis. O impacto que as medidas têm nas populações, ou grupos de interesse, ou porque há dados que não são partilhados com todos. Mesmo em democracia é preciso, senão guardar segredo, guardar discrição. Às vezes é profundamente injusto (os “opinion makers” e jornalistas são contumazes nisso) fazer juízos sem ter os elementos todos.

Por exemplo.

Sei que o presidente da República muitas vezes sabe muito mais e está muito mais metido na proposta de soluções e na procura de consensos do que aquilo que vem [a público]. Nunca transparece o que decorre das reuniões que tem semanalmente com o primeiro-ministro. Isto nunca foi violado, nem no tempo do Engenheiro Sócrates. Há uma regra.

Acha que os diagnósticos são falíveis, insuficientes?

Há coisas que se sabem bem, e há muita outra coisa que não se sabe, para que não temos instrumentos. Se a pessoa tem uma dor na barriga, se os glóbulos brancos subirem, se fizer uma ecografia e mostra que o apêndice está inflamado, tem uma apendicite. Diagnóstico preciso. Mas se a pessoa tem uma tensão arterial alta há muitas causas para a tensão alta. O grau de precisão do diagnóstico varia.

Alguém percebeu se o TGV era efectivamente uma boa ou má ideia? Eu não percebi. Os argumentos eram de tal forma desconstruídos... Alguém já explicou, para que possamos fazer um juízo independente, se o nuclear é bom ou mau para Portugal? É uma dicotomia maniqueísta, a que muitas vezes se acrescentam juízos morais.

Os seus doentes, quando estão aflitos, conseguem pensar com discernimento?

Não, claro que não. Por isso é que o consentimento informado é uma mentira. (Isto é uma heresia.) É muito frequente, depois de uma intervenção, o doente perguntar: “Diga-me lá exactamente o que é que me fez”. “Expliquei-lhe tudo antes da operação.” “Ah, estava tão ansiosa que não percebi nada.” Isto é clínica real. Há um retorno, discreto e envergonhado, ao princípio da beneficência, admitindo que o profissional está a defender o interesse do seu cliente. A maior parte dos doentes continua a dizer-me: “Faça o que é melhor para mim”. “O que é que é o melhor para si?” “Faça-me o que faria se fosse a sua mãe ou um filho seu.”

Queria transpor isto para Portugal e perguntar se os portugueses, que estão aflitos porque não têm dinheiro, porque perderam o emprego, por outras razões, conseguem ter o rasgo, a coragem, o discernimento para perceber o que é que devem fazer.

Alguns percebem. Pode-se extrapolar,

com algum risco, para o facto de as sondagens ainda não terem aniquilado os partidos do Governo de uma forma definitiva. É o diabo que se conhece versus o diabo que não se conhece. Há, apesar de tudo, o sentimento de que alguém está a tomar conta disto. Que a casa está revolta, que está tudo de pantanas, que não há dinheiro para dar de comer, mas que há uns tipos que estão a tentar tomar conta disto. Há uma resiliência. As pessoas sabem que é preciso. A mim preocupar-me-iam as notícias do que está a acontecer de uma forma muito aguda se no exercício da minha função de médico do Serviço Nacional de Saúde visse consequências palpáveis nos meios que tenho. E como até agora, com toda a franqueza, não tenho nada a dizer... Continuamos a fazer a neurocirurgia que fazíamos sem que alguém nos diga: “Gastem menos disto. Não façam esse procedimento que é muito caro”. Sob esse ponto de vista, não posso criticar, como cidadão. **w**